

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Eng.º Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297 — e-mail: jtarde@embratel.net.br



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável
 RUY MESQUITA

Diretores
 Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 Oliveros S. Ferreira

Diretor de Unidade
 Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação
 Fernão L. Mesquita
Diretor Executivo
 Leão Serva
Editor Chefe
 Celso Kinjô

Diretor Superintendente
 Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
 Roberto Crissiuma Mesquita
Diretor Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

Saúde O dinheiro do dr. Jatene

Um estrangeiro que pela primeira vez pusesse os pés no Brasil, nas últimas semanas, não entenderia rigorosamente nada, ou então concluiria que agimos segundo uma lógica toda particular. De um lado, veria o ministro da Saúde, Adib Jatene, gritando que não há dinheiro para cuidar da saúde do povo, empenhado numa cruzada para recriar um imposto que vai contra os princípios que devem orientar a reforma tributária a ser logo apresentada pelo governo a que pertence. De outro, assistiria a um festival de esbanjamento de dinheiro público — do qual participam em posição de destaque os tribunais encarregados de fiscalizar as contas do governo — só possível para um país muito rico.

Brasília, diz o título de reportagem do **Jornal da Tarde**, virou um canteiro de obras. Depois da inauguração da suntuosa sede do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no mês passado, os brasilienses assistem agora à construção — ao custo de R\$ 50 milhões — de um novo auditório subterrâneo e de 21 salas para comissões da Câmara Federal. Ao mesmo tempo, o Tribunal de Contas da União (TCU) — órgão técnico auxiliar do Congresso — e o Supremo Tribunal Federal (STF) preparam-se para a construção de anexos, ao custo de R\$ 21 milhões cada. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) não deixa por menos e já tem pronto projeto para construção de nova sede, ao custo estimado de R\$ 96 milhões.

Todos alegam que essas obras são necessárias, porque há falta de espaço e alguns serviços funcionam mesmo em condições “precárias”. Que seja. Mas é o caso de se perguntar: não são muito mais precárias as condições e muito maior a falta de espaço em serviços como saúde, educação e segurança? Quem conhece a situação deplorável da rede hospitalar não hesitaria um segundo em responder que sim. O que foi feito das prioridades a que devem obedecer os gastos públicos? Pelo menos parte do dinheiro de que precisa o dr. Jatene está sendo gasto em obras como essas que, num país pobre como é o Brasil, são no mínimo adiáveis,

para não dizer dispensáveis.

Esse é apenas um dos “ralos” por onde escapa o dinheiro que deveria ir para as mãos do dr. Jatene, com o que se esquecerá de vez a ressurreição do inconveniente IPMF. O TCU, que há muito virou mera sinécure vitalícia para políticos em final de carreira e outros amigos dos poderosos, já consumiu este ano R\$ 102,8 milhões, o que representa a soma das despesas do STF, do STJ e parte da Justiça Militar. Ou seja, ele custa mais aos cofres públicos do que tribunais muito mais importantes.

O Tribunal de Contas de São Paulo gasta duas vezes mais com o pagamento de seus funcionários do que a Assembleia Legislativa, da qual, recorde-se, ele é um mero “órgão de assessoria técnica”. O custo médio mensal por servidor do Tribunal é de R\$ 3.340,00, enquanto o da Assembleia é de R\$ 1.735,00. No Estado do Rio a situação é ainda pior. Ali, o Tribunal de Contas — que paga a seus servidores um salário médio de R\$ 4.800,00 — gastou, só nos primeiros cinco meses do ano, toda a dotação orçamentária de R\$ 52 milhões, prevista para 1995, e já recebeu um crédito suplementar de R\$ 40 milhões, que segundo deputados da oposição foi desviado diretamente do Sistema Único de Saúde (SUS). E tudo isso para quase nada, porque a inutilidade dos tribunais de contas, na sua estrutura e composição atuais, há muito que se tornou patente.

É por essas e por outras que os hospitais, o sistema educacional e as estradas — para citar apenas três exemplos — estão na situação que todos conhecem. Se esses e outros “ralos” fossem tapados ou se ao menos fosse obrigatório que os políticos fossem atendidos na rede pública de saúde em vez de desfrutarem dos privilégios do Incor e do atendimento pessoal pelo ministro ou da eficiência de hospitais estrangeiros, o dr. Jatene teria os recursos de que precisa e nunca mais se lembraria do infeliz IPMF.